
CONVÊNIO Nº 001/2023

Termo de Mútua Cooperação que entre si firmam a PBH ATIVOS S.A. e a Secretaria Municipal de Educação para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público Privada de concessão administrativa para realização de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços de apoio, não pedagógicos, a unidades de ensino da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Belo Horizonte.

A PBH ATIVOS S.A., inscrita no CNPJ sob nº 13.593.766/0001-79, com sede na Rua Espírito Santo, 605, 10º andar, Centro – Belo Horizonte – MG, CEP 30.160-919, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Pedro Meneguetti e pelo seu Diretor de Negócios, Sr. Daniel Rodrigues Nogueira, doravante denominada **PBH ATIVOS**, e o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no CNPJ sob nº 18.715.383/0001-40, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, situada na Rua Carangola, 288, Santo Antônio, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.330-240, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Educação, Charles Martins Diniz, doravante denominada **SMED**, em conjunto denominados, também, **PARTÍCIPIES**, considerando que:

- a Lei nº 10.377/12 autorizou a realização da Concorrência Pública nº 001/2012 para a delegação de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços de apoio à operação e funcionamento de unidades de ensino da Rede Municipal de educação Básica de Belo Horizonte, excluindo os serviços de natureza pedagógica;
- em 24 de Julho de 2012, em razão da Concorrência Pública nº 001/2012, foi assinado entre o Município de Belo Horizonte e a sociedade de propósito específico (SPE) Inova BH S/A, contrato de concessão nº 001/2012 (Processo nº 01.102.246/11-20), com o prazo de 20 anos;

- que a PBH ATIVOS celebrou, em 21 de Janeiro de 2018, com a SMED, o Convênio nº 001/2018, que tem como objetivo a Mútua Cooperação que entre os Partícipes para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público Privada de concessão administrativa para realização de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços de apoio, não pedagógicos, a unidades de ensino da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Belo Horizonte;
- que o referido Convênio fora objeto de 1 (um) Termo Aditivo, a fim de se prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, findando-se no dia 21 de Janeiro de 2023 e que há interesse dos PARTÍCIPES em celebrar novo instrumento com o mesmo objeto deste Convênio;
- a Lei nº 10.003/10 e o Estatuto Social da PBH ATIVOS, preveem como seu objetivo social o de auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, agindo somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem que para isso tenha sido contratada ou conveniada, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico;
- a PBH ATIVOS tem também como objeto social, nos termos do inc. VI do art.2º da Lei nº 10.003/10, auxiliar o Município em projetos de concessão e parceria público privada;
- o Decreto nº 16.694/17 atribuiu à PBH Ativos a função de coordenar a organização de núcleos setoriais para acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas em cada secretaria, órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pelo serviço ou atividade objeto da contratação, prestando assessoramento técnico aos núcleos setoriais criados pelo CGP, sempre por meio de contratos ou convênios administrativos;

Resolvem celebrar o presente Termo de Mútua Cooperação, nos termos das cláusulas que se seguem

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a CONVENIENTE e CONVENIADA para o acompanhamento do contrato de parceria público-privada de concessão administrativa para realização de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços de apoio, não pedagógicos, a unidades de ensino da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Belo Horizonte.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1. A obtenção, organização e gestão das informações e dados técnicos relacionados ao Contrato de Concessão necessários ao assessoramento prestado pela PBH ATIVOS são de responsabilidade da SMED, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

2.2. A PBH ATIVOS poderá consolidar as informações prestadas pela SMED, podendo combiná-las com outras informações obtidas externamente, inclusive junto a consultores eventualmente contratados para esse fim;

2.3. O produto decorrente do assessoramento prestado pela PBH ATIVOS não possui natureza vinculativa, considerando que a sua atuação é limitada ao previsto no inciso II do art. 1º do Decreto n.º 15.534/2014, no art. 3º do Decreto n.º 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 10.003/2010;

2.4. A troca de documentos e informações entre os PARTÍCIPEs e órgãos ou entidades da Administração Pública e/ou contratados/parceiros deverá respeitar o princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo legal;

2.5. A contratação de terceiros pela PBH ATIVOS para subsidiar a execução do presente Termo de Mútua Cooperação deve ser previamente autorizada pela SMED;

2.6. A SMED é responsável pela validação dos produtos oriundos do presente Termo de Mútua Cooperação e pelo monitoramento e controle dos seus prazos de entrega.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPANTES

3.1. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, **competem à SMED:**

- a. Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
- b. Estabelecer diretrizes e coordenar as atividades de cooperação técnica, podendo solicitar informações à PBH ATIVOS ou terceiros;
- c. Desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes aos projetos relacionados à concessão;
- d. Manter, organizar e colocar à disposição da PBH ATIVOS as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao objeto do presente Termo de Mútua Cooperação;
- e. Comunicar à PBH ATIVOS a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer o adequado andamento do projeto;
- f. Promover e realizar reuniões junto à PBH ATIVOS e/ou órgãos ou entidades da Administração Pública e/ou contratados/parceiros para alinhamento dos diversos aspectos do acompanhamento e desenvolvimento do projeto, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;
- g. Acionar a Procuradoria Geral do Município – PGM ou o setor jurídico próprio para manifestação jurídica sempre que oportuno e/ou necessário;
- h. Analisar e aprovar por meio da equipe técnica os dados, levantamentos, estudos e documentos elaborados no âmbito do projeto;
- i. Conforme a sua conveniência, a seu critério exclusivo, utilizar total ou parcialmente os documentos e produtos disponibilizados pela PBH ATIVOS;

3.2. Acompanhar e gerir a execução do Contrato de Concessão, bem como do Contrato firmado com o verificador independente.

3.3. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente Termo de Mútua Cooperação, **competem à PBH ATIVOS:**

- a. Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
- b. Manter a SMED atualizada com relação aos estudos e demais documentos produzidos no âmbito da cooperação técnica;
- c. Realizar as atividades inerentes ao Termo de Mútua Cooperação, conforme detalhado no Plano de Trabalho;
- d. Comunicar à SMED a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer o adequado assessoramento à gestão do presente Termo de Mútua Cooperação;
- e. Promover e realizar reuniões junto à SMED, para alinhamento dos diversos aspectos do presente Termo de Mútua Cooperação, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;
- f. Apresentar à SMED, formalmente, os produtos dos estudos desenvolvidos no âmbito deste Termo de Mútua Cooperação, para avaliação e validação;
- g. Elaborar relatório com a consolidação das despesas incorridas para o desenvolvimento das atividades de assessoramento à gestão do presente Termo de Mútua Cooperação, o qual será utilizado para fins de definição do reembolso/ressarcimento à PBH ATIVOS, pela SMED, nos termos da Cláusula Quarta;
- h. Quando demandada, prestar assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica para fins da adequada gestão e acompanhamento do Contrato de Concessão pela SMED, conforme discriminação e etapas definidos no plano de trabalho, compreendendo:

3.3.h.1. Apoiar a análise jurídica do contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação;

3.3.h.2. Dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas.

- i. Manter a SMED atualizada com relação aos estudos e demais documentos produzidos no âmbito da cooperação técnica;

3.4. O assessoramento a ser prestado pela PBH ATIVOS se limita ao âmbito do Contrato de Concessão e dos termos aditivos celebrados até a data de assinatura do presente Termo de Mútua Cooperação, devendo ser observado o disposto no item 3.2 e seus subitens para o caso de assessoramento para fins de celebração de futuros termos aditivos ou de pleitos futuros de reequilíbrios econômico-financeiros.

3.5. Para cada uma das demandas verificadas, a SMED deverá acionar a PBH ATIVOS, por meio de Ofício, que responderá formalmente em documento constando a apuração de horas e valores correspondentes para fins de reembolso, nos termos da cláusula quarta.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS

4.1 DO RESSARCIMENTO:

- I. Para a consecução do objeto deste Termo de Mútua Cooperação, a SMED deverá ressarcir a PBH ATIVOS nos termos dos Anexos I, integrante deste TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, e conforme documentos comprobatórios das despesas, a serem apresentados à SMED.
- II. O valor estimado do reembolso para as atividades prestadas pela PBH Ativos à SMED é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) anuais e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) pelo período de 60 (sessenta) meses e contempla as despesas diretas e indiretas incorridas pela PBH Ativos, considerando o disposto no item 4.2 deste termo.

- III. Os valores estimados são apenas uma referência, razão pela qual poderão ser acrescidos, desde que devidamente justificados e previamente autorizados pela SMED.
- IV. Se durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, ocorrer o disposto no item 4.1. III, os PARTÍCIPIES deverão celebrar Termo Aditivo ao presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, estimando novas horas de trabalho e novo valor estimado de ressarcimento.
- V. O ressarcimento à PBH ATIVOS pelas atividades será calculado conforme metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da PBH ATIVOS na reunião de 25 de outubro de 2018 e o valor da hora/colaborador será cobrado pela tabela em vigor na data da cobrança.
- VI. Após o recebimento do Relatório da respectiva atividade e seu respectivo aceite pela SMED, caberá à PBH ATIVOS emitir o devido documento de cobrança.
- VII. A SMED deverá se manifestar sobre o aceite do Relatório em até 30 (trinta) dias.
- VIII. A SMED deverá providenciar o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da emissão do documento de cobrança pela PBH ATIVOS.
- IX. A despesa decorrente deste TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO será acobertada pela seguinte dotação:
2200.1100.12.122.140.2.371.3.3.90.93 – 1.500.000 – Subação: 0001
- X. Na eventualidade da metodologia de cálculo ser alterada, os PARTÍCIPIES poderão celebrar Termo Aditivo ao presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, caso compatível com este instrumento.

4.2 O ressarcimento não incluirá as porcentagens referentes ao lucro e a margem operacional da PBH ATIVOS, devendo restringir-se a despesas administrativas diretas e indiretas.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O Termo de Mútua Cooperação vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO ENCERRAMENTO

6.1. O Termo de Mútua Cooperação poderá ser encerrado em razão:

- I. da conclusão do seu escopo, conforme pactuado no ANEXO I - PLANO DE TRABALHO;
- II. Do término do prazo de vigência;
- III. de acordo entre os PARTÍCIPEs;
- IV. de denúncia unilateral de qualquer dos PARTÍCIPEs, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro PARTÍCIPE não sendo devido o pagamento de indenização ou multa em função da denúncia.

6.2. O encerramento nos casos previstos na cláusula 6.1 não exclui os direitos e obrigações remanescentes, de cada PARTÍCIPE, oriundos de atos ou fatos ocorridos durante a vigência do presente Termo de Mútua Cooperação.

6.3. Para a aplicação do subitem 6.2 supra deve-se considerar cada etapa constante no ANEXO I - PLANO DE TRABALHO como produto independente e passível de reembolso e aproveitamento.

6.4. Os PARTÍCIPEs definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses da cláusula 6.1.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1. É de responsabilidade da SMED proceder à publicação do extrato do instrumento a ser celebrado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Os prazos previstos no presente instrumento contar-se-ão em dias corridos, exceto nos casos em que haja menção expressa à contagem em dias úteis.

8.2. Os casos omissos serão sempre que possível resolvidos amigavelmente entre os PARTÍCIPEs.

8.3. Constitui anexo ao presente Termo de Mútua Cooperação, integrando-o para todos os efeitos de direito o Anexo I: Plano de Trabalho;

8.4. Aplica-se ao Termo de Mútua Cooperação, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente o art. 116 do referido diploma legal bem como o disposto nos arts. 68 e seguintes do Decreto Municipal n.º 10.710, de 28 de junho de 2001.

8.5. As partes e as testemunhas que subscrevem o presente instrumento concordam expressamente que este poderá ser assinado eletronicamente através da plataforma que melhor lhes aprouver, com fundamento no art. 10, §2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e do art. 6º do Decreto nº 10.278/2020.

9. CLÁUSULA NONA – DO FORO

9. Os PARTÍCIPIES elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Mútua Cooperação.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavra-se o presente Termo de Mútua Cooperação, que será assinado pelos PARTÍCIPIES em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2023

Charles Martins Diniz
Secretário Municipal de Educação
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH ATIVOS S/A

Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S/A

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

I - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O Termo de Mútua Cooperação tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a CONVENIENTE e CONVENIADA para o acompanhamento do contrato de parceria público-privada de concessão administrativa nº 001/2012 para realização de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços de apoio, não pedagógicos, a unidades de ensino da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Belo Horizonte.

II - METAS

Constituem metas a serem alcançadas por meio da cooperação técnica a entrega dos seguintes produtos e serviços pela PBH ATIVOS, conforme detalhamento previsto no item III – Etapas de Execução:

1. Assessoramento técnico de natureza jurídica para fins da adequada gestão pela SMED e acompanhamento do Contrato de Concessão Administrativa para realização de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços de apoio, não pedagógicos, a unidades de ensino da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Belo Horizonte, observadas as atribuições da Procuradoria-Geral do Município e da Assessoria Jurídica da SMED;
2. Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira para fins da adequada gestão pela SMED e acompanhamento do contrato de concessão administrativa para realização de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços de apoio, a unidades de ensino da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Belo Horizonte.

III - ETAPAS DE EXECUÇÃO

O projeto será desenvolvido em 2 etapas, conforme descrição a seguir:

ETAPA I: ASSESSORAMENTO TÉCNICO E ECONÔMICO

ETAPA 1	Definição	Especificação	Valor Estimado
1	Assessoramento Técnico: Análise econômico-financeiro e gestão do contrato.	Análise técnica de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro; Prover análises, sob demanda, e assessoramento técnico e gestão no âmbito do contrato de concessão para realização de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços de apoio, não pedagógicos, a unidades de ensino da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Belo Horizonte e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do presente	R\$ 1.200.000,00

ETAPA II. ASSESSORAMENTO JURÍDICO

ETAPA II	Definição	Especificação	Valor Estimado
2	Análise jurídica processual e contratual	Elaboração das minutas de instrumentos e demais documentos de cunho jurídico que subsidiarão a elaboração de aditivos contratuais. Análise Jurídica do contrato e seus aditivos no que concerne às interpretações de suas cláusulas, visando sua adequada aplicação. Análise de procedimentos administrativos do contrato e garantias prestadas pela concessionária.	R\$ 800.000,00

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2023

Charles Martins Diniz
Secretário Municipal de Educação
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH ATIVOS S/A

Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S/A

Portal da Assinatura - PBH

12 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em segunda-feira, 17 de abril de 2023 às 11:31

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

Minuta PPP Educação - atualizada em 01 02 2023 COM MARCA D'ÁGUA rev PV
